



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Perspectivas da identidade territorial rural em vista à evolução da cadeia avícola no município de São José do Vale do Rio Preto – RJ

Juliana da Silva Virginio

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ; Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICESA; Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas PPGDT/UFRRJ. E-mail: juliana.virginio@gmail.com.

Marcio Silva Borges

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ; Instituto Multidisciplinar; Departamento de Administração e Turismo; Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas - PPGDT/UFRRJ. E-mail: marcioborges@ufrj.br.

Michelle do Carmo Vieira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ; Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICESA; Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas PPGDT/UFRRJ. E-mail: michellemcv@ufrj.br.

Gabriel Nava Lima

Departamento do Centro Universitário Estácio São Luís / MA
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas - PPGDT/UFRRJ. E-mail: gabrielnava@gmail.com.

Sessão Temática XIII: Identidade e territórios: adaptação e resiliência

O município de São José do Vale do Rio Preto é considerado o maior produtor hortifrutigranjeiro do estado do Rio de Janeiro, estando localizado a 130km da capital, e composto por aproximadamente 22 mil habitantes. A cidade apresenta grande relevância para o contexto territorial da região serrana fluminense, onde na década de 50 foi reconhecida como maior produtora avícola da América do Sul. A partir de uma investigação bibliográfica e documental, este artigo buscou identificar as adaptações que foram necessárias para a manutenção da atividade frente às demandas do mercado, bem como as bases históricas de sua cadeia produtiva, haja vista que ao longo dos séculos o atual município recebeu distintas nomenclaturas, sendo alvo de disputa de poder econômico e de mercado, dada sua localização estratégica. Nestes termos, discutiu-se como a cadeia avícola estabelece relação com a identidade e o desenvolvimento territorial no município de São José do Vale do Rio Preto. A pesquisa apontou que o processo de desenvolvimento territorial rural vai além da análise do crescimento econômico, fortalecendo vínculos sociais no território a partir da avicultura.

Palavras-chave: Avicultura; Desenvolvimento Territorial; Identidade; Políticas Públicas.

A perspective of rural territorial identity in view of the evolution of the poultry chain in the municipality of São José do Vale do Rio Preto - RJ

The municipality of São José do Vale do Rio Preto is considered the largest fruit and vegetable producer in the state of Rio de Janeiro, being located 130km from the capital, and comprising approximately 22,000 inhabitants. The city has great relevance for the territorial context of the mountainous region of Rio de Janeiro, where in the 50s it was recognized as the largest poultry producer in South America. Based on a bibliographical and documentary investigation, this article sought to identify the adaptations that were necessary to maintain the activity in the face of market demands, as well as the historical bases of its production chain, given that over the centuries the current municipality received different nomenclatures, being the target of competition for economic and market power, given its strategic location. In these terms, it was discussed how the poultry chain establishes a relationship with the identity and territorial development in the municipality of São José do Vale do Rio Preto. The research pointed out that the process of rural territorial development goes beyond the analysis of economic growth, strengthening social bonds in the territory based on poultry farming.

Keywords: Poultry farming; Territorial Development; Identity; Public policy.

Una perspectiva de la identidad territorial rural frente a la evolución de la cadena avícola en el municipio de São José do Vale do Rio Preto - RJ

El municipio de São José do Vale do Rio Preto es considerado el mayor productor de frutas y hortalizas del estado de Río de Janeiro, está ubicado a 130 km de la capital y comprende aproximadamente 22.000 habitantes. La ciudad tiene gran relevancia para el contexto territorial de la región montañosa de Río de Janeiro, donde en los años 50 fue reconocida como la mayor productora avícola de América del Sur. A partir de una investigación bibliográfica y documental, este artículo buscó identificar las adecuaciones que fueron necesarias para mantener la actividad ante las demandas del mercado, así como las bases históricas de su cadena productiva, dado que a lo largo de los siglos el actual municipio recibió diferentes nomenclaturas, siendo objeto de competencia por el poder económico y de mercado, dada su ubicación estratégica. En estos términos, se discutió cómo la cadena avícola se relaciona con la identidad y el desarrollo territorial en el municipio de São José do Vale do Rio Preto. La investigación apuntó que el proceso de desarrollo territorial rural va más allá del análisis del crecimiento económico, fortaleciendo los lazos sociales en el territorio a partir de la avicultura.

Palabras llave: Avicultura; Desarrollo Territorial; Identidad; Políticas públicas.

1. Introdução

Pensar o desenvolvimento territorial rural requer a compreensão de um processo complexo de transformações que buscam engendrar uma mudança qualitativa de uma estrutura econômica e social. Partindo desse pressuposto, o artigo buscou analisar as bases históricas da cadeia produtiva avícola do município de São José do Vale do Rio Preto – RJ, localizado na região serrana do estado, estabelecendo uma abordagem teórica e bibliográfica acerca de como a cadeia avícola estabelece relação com a identidade e o desenvolvimento territorial no município – um dos maiores produtores de frango de corte do estado. Compreender essa relação identitária é necessário porque as transformações no campo e nas relações de trabalho ao longo do tempo geraram o declínio de sua produção avícola, obrigando os produtores locais de se adequarem a um novo cenário, estabelecido em meio ao avanço tecnológico.

O território resulta de um processo histórico de construção social por diferentes atores e o modo como ocorre a apropriação do espaço. O território construído se transforma em um espaço multidimensional de desenvolvimento na medida em que diferentes racionalidades e identidades interagem entre si sob o

interesse do capital. “Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico” (ABRAMOVAY, 1998).

O desenvolvimento territorial figura como elemento central nas políticas públicas, o que remete à importância do território enquanto unidade de planejamento para a redução das disparidades econômicas e sociais materializadas nesses espaços. A valorização de suas potencialidades e competitividade produtiva trará como resultado a coesão social, a ser estabelecida a partir do fortalecimento econômico, da diversidade, da melhoria qualidade de vida e da conservação ambiental.

O desenvolvimento, então, ocorre quando os benefícios do crescimento aumentam as capacidades humanas de alcançar vida longa e saudável, ter acesso a instrução e vida digna, e poder participar da vida da comunidade. Além destas, a priori, o cidadão precisa ter o direito à liberdade de escolha, onde garantir as liberdades humanas se torna o objetivo do desenvolvimento (VEIGA, 2015).

Seguindo essa linha de raciocínio Sachs (2008) afirma que a distinção entre crescimento e desenvolvimento está na capacidade do desenvolvimento ultrapassar a geração de riqueza propriamente dita, ou seja, o crescimento é o meio pelo qual o desenvolvimento se estabelece para garantir a aparição das capacidades humanas. Ele provoca a aproximação entre as antigas nações metropolitanas e a periferia colonial, reduzindo o abismo entre as minorias ricas e a maioria formada por trabalhadores pobres e atrasados. No que tange a aplicação do termo na realidade da sociedade, o desenvolvimento se manifesta de forma a criar um ambiente com meios de existência viáveis (*livelihoods*), suprimindo as necessidades básicas da vida, como comida, abrigo, roupas, trabalho, educação, serviços, habitação e segurança.

Na década de 50 o progresso e a forma como o mesmo foi conceituado naquele momento histórico, passou a ser objeto essencial à civilização ocidental (Almeida, 2009). O termo traz por definição a noção de melhoramento, perfeição e evolução, mas entra em colapso em 1970, uma vez que apesar da recorrência do uso do termo em meio à sociedade, não se percebeu avanços técnico-científicos e diminuição da pobreza e da miséria na mesma. Além disso, o progresso incorpora mais o campo da opressão que da solidariedade, o que resultou na perda mobilizadora do conceito, tornando-se “o mito do progresso”. O conceito de desenvolvimento é um contraponto ao conceito de progresso por considerar, além dos aspectos financeiros, as questões sociais, econômicas e culturais, colocando em cena os aspectos socioculturais da sociedade.

Partindo desses pressupostos, as seções que seguem esta introdução consistem em definir o desenvolvimento rural, destacar os marcos históricos que influenciaram a formação e a construção da identidade territorial do município de São José do Vale do Rio Preto – RJ, enfatizando o processo de colonização, atividades agropecuárias, surgimento da avicultura de postura comercial e seu estabelecimento como atividade econômica principal. Nas considerações finais, ressaltou-se a necessidade de se pensar o rural como estratégia de desenvolvimento territorial, garantia de segurança alimentar e campo de ampliação de políticas públicas. Quanto aos aspectos metodológicos utilizados neste estudo, os mesmos foram baseados na revisão da literatura acerca dos temas ruralidade, políticas públicas, desenvolvimento e identidade territorial, no

intuito de demonstrar a importância da cadeia avícola para o desenvolvimento territorial valeriopretano.

2. Dicotomia campo-cidade: desafios à manutenção da identidade territorial rural

A partir do século XIX, dado o processo de aceleração da urbanização com a evolução Industrial, buscou-se formalizar a distinção entre campo e cidade. Na visão de Williams (2011) entende-se por campo “as práticas de caçadores, pastores, fazendeiros e empresários agroindustriais como a sua organização pode se manifestar em tribo, feudo, campesinato, comuna rural, latifúndios e *plantations*”.

A ruralidade se refere à forma de organização da vida da comunidade, considerando o acesso aos recursos naturais, bens e serviços, composição da sociedade rural em classes e categorias sociais, valores culturais e modos de vida. Para Sorokin (1986), a ruralidade detém algumas características essenciais que a diferem do urbano propriamente dito, como maior relevância às atividades primárias; diferenças ambientais, com maior dependência da natureza no rural; tamanho reduzido da população; baixa densidade demográfica; menor grau de diferenciação social e de complexidade; características de mobilidade social; e as diferenças de sentido da migração. De acordo com Wanderley e Favareto (2013), o rural não é uma categoria a-histórica, já que mantém relação com a trajetória de formação do país e apresenta heterogeneidade e demanda políticas específicas. Ferreira (2002) reforça essa dicotomia ao afirmar que:

“O rural é um espaço de vida e trabalho, uma rede de relações sociais, uma paisagem ecológica e cultural e representações específicas de pertencimento, de desejo ou projetos de vida. Esse conjunto de características materiais e imateriais apresenta uma singularidade e uma dinâmica próprias” (FERREIRA, 2002).

O Brasil viveu um intenso processo de êxodo rural nas décadas de 1970 e 1980, que ganhou impulso com a mecanização da produção agrícola, onde os trabalhadores do campo tiveram que se deslocar para as cidades em busca de oportunidades de trabalho. Tal deslocamento se perpetua na atualidade, porém, em percentuais menores. Os últimos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2015, mostram que a maior parte da população brasileira, 84,72%, vive em áreas urbanas, enquanto 15,28% dos brasileiros vivem em áreas rurais (IBGE, 2015).

Há que se entender que o rural transcende a produção agropecuária e se expressa na forma territorial da vida social, na maneira como seus habitantes se organizam, considerando os valores, cultura, oportunidade de acesso a recursos, bens e serviços, sendo um lugar de vida e de moradia. Apesar de sua relevância, o rural é um espaço de precariedade social, pois seus habitantes dependem do urbano para suprirem suas necessidades econômicas e sociais, o que fortalece ainda mais o conceito de cidade (FAVARETO; BARUFI, 2013).

Contextualizando esta problemática, Kageyama (2008) diz que antes da revolução industrial a atividade principal na área rural era agricultura. Ali eram produzidos bens e serviços que, se não fossem produzidos pelos habitantes das áreas rurais, não estariam disponíveis para consumo. Contudo, ao passar do tempo, surgiram os centros mercantis que realizavam serviços correlatos à

produção, bem como clusters empresariais e economias de aglomeração, que fizeram com que mercados centrais se tornassem cidades (*towns*). Esse movimento fez com que as populações crescessem na cidade e a urbanização se tornasse irreversível. Outras consequências, não observadas antes, foram a redução de custo de transporte e a importação de bens provenientes de outras regiões.

Jane Jacobs (1970), analisando esse contexto, criou o conceito de “cidades substituidoras de importações”, já que criam produtos, mercados e inovações, em substituição aos bens que eram adquiridos em outras regiões, permitindo a expansão econômica do território. Em contrapartida, o meio rural teve que se modernizar, admitindo menor investimento em força de trabalho, o que levou à redução da população rural e especialização dos mercados locais.

No Brasil, durante o período colonial, a economia urbana era quase inexistente e a vida se concentrava no campo, assim, a cidade era apenas uma referência administrativa e religiosa. Dada a expansão do comércio e das atividades fabris e bancárias, as cidades passaram a incorporar a centralidade das atividades econômicas a partir de 1900 (SUZUKI, 2007).

No período seguinte ao fim da II Guerra Mundial (1939-1945) até meados dos anos 70, viu-se um intenso desenvolvimento mundial, com altas taxas de crescimento e reanimação econômica, conduzido pelos Estados Unidos. Neste cenário, nos Estados Unidos e na Europa a agricultura encontrou um espaço receptivo na economia ao longo das décadas de 1950 e 1960 por meio das ações combinadas do Estado, das indústrias agroalimentares e dos agricultores “empresariais”, inserindo o setor agrícola no sistema econômico e redefinindo a visão sobre o mesmo, passando de “arcaico” para “moderno” e participativo do crescimento nacional. No entanto, para atingir o status de “moderno” foi necessário o aumento da produção e produtividade a fim de viabilizar o comércio com a indústria, o que tornou a agricultura fornecedora de matérias-primas, força de trabalho barata e um mercado consumidor de bens industriais (ALMEIDA, 2009).

Desde o final da Segunda Revolução Industrial essa perspectiva já era debatida. Spencer, Durkheim, Weber, Marx e outros teóricos já pressupunham a “hegemonia do industrialismo, a substituição da comunidade pela sociedade e a generalização do modo de produção capitalista industrialista e urbana em escala planetária”, o que se daria num modelo onde o novo mundo era urbano e estava em expansão, em oposição ao velho mundo, rural e em decadência. Por essa perspectiva o rural era entendido como subordinado e secundário ao urbano, o que justificaria um processo de esvaziamento demográfico daquele espaço. Também é mister destacar que a relevância econômica do setor rural foi subjugada, pois entendia-se que a agricultura era conduzida pela indústria e organizada para a indústria, portanto, não tinha capacidade de produzir empregos e ocupação.

No Brasil, a partir da década de 90, as ciências sociais especializadas identificaram as diversas vertentes do que é o rural, o que culminou na classificação dos espaços rurais como territórios do futuro. Eles passaram a ser vistos como espaços para “reformas societárias de cunho integrativo” e servem de “base para se repensar a qualidade de vida na contemporaneidade”, constatação já ocorrida em outros países que vivenciavam a retomada do crescimento demográfico, a diversificação ocupacional, aumento na oferta de trabalho em áreas rurais e a organização de associações e movimentos sociais de base rural que “propunham uma forte crítica às políticas rurais e agrícolas

gestadas conforme o modelo de desenvolvimento modernizador” (FERREIRA, 2002).

Em Bosc *et al.* (2013) encontra-se que as principais razões para desenvolver e apoiar a agricultura de pequena escala seja o fato de que englobam muitos grupos sociais cuja emancipação é crucial para o desenvolvimento humano e social, como as mulheres, que representam em média 43% da força de trabalho, os jovens com pouca escolaridade, os idosos e os grupos étnicos minoritários que no passado encontraram refúgio no setor agrícola e que ainda lutam para superar as inúmeras injustiças a que foram submetidos (como os quilombolas do Brasil).

O debate acerca do desenvolvimento é bastante rico no meio acadêmico, principalmente quanto a distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico, pois muitos autores atribuem apenas os incrementos constantes no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocupar como tais incrementos são distribuídos (SCATOLIN, 1989, p.24).

Nos países de capitalismo avançado é possível observar uma ressignificação do rural, nisto se observa alguns fatos relevantes à discussão e que já podem ser identificadas em países em desenvolvimento, como o Brasil, sendo eles: crescimento superior ao dos centros urbanos, logo, revitalização demográfica; dissociação entre rural e produção agrícola, não sendo mais termos sinônimos; rural como espaço residencial e não de trabalho, ocupado por trabalhadores urbanos e aposentados de ocupações urbanas; rural como referência simbólica com paisagem a ser preservada e, enfim, rural entendido como um “espaço que começa a ser pensando como territórios do futuro, como resposta possível à crise do emprego e da qualidade de vida gerada pela civilização urbano-industrial” (FERREIRA, 2002).

A partir da segunda metade do século XX, os debates sobre o desenvolvimento econômico ganharam destaque, uma vez que é equivocado o uso dos termos “crescimento econômico” e “desenvolvimento” como sinônimos, já que o primeiro é apenas uma das dimensões do segundo. Entende-se por desenvolvimento o “crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, tendo por resultante a melhoraria dos indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)”. Assim, o desenvolvimento contempla as vertentes sociais, econômicas, ambientais e territoriais, de modo a garantir a sustentabilidade do exercício da potencialidade e bem-estar humanos. Schumpeter (1982) afirma que “não será designado aqui como um processo de desenvolvimento o mero crescimento da economia”, o que se justifica pelo fato do crescimento econômico ser entendido como o aumento no produto total na economia, ou ainda, o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) real *per capita* (OLIVEIRA, 2002).

Sen (1990) atribuiu o termo desenvolvimento aos benefícios do crescimento que ampliam as capacidades humanas (possibilidades de ser, ou fazer, na vida). Dessa maneira, o crescimento é necessário, porém, não é suficiente para se garantir uma vida melhor, feliz e completa. Assim, é possível compreender a renda per capita por si só não é suficiente para avaliar expansão das liberdades substantivas, pressuposto de desenvolvimento (SACHS, 2008; VEIGA, 2015).

Quando se trata da temática rural é necessário diferenciar os termos desenvolvimento agrícola, termo desenvolvimento e desenvolvimento rural. O termo desenvolvimento agrícola (agropecuário), se refere às condições da

produção, suas características (área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, economicidade) e tendências em um determinado período. O termo desenvolvimento agrário contempla a análise do sistema produtivo com base na vida social rural, no comportamento das classes, nas condições de acesso à terra, relações de trabalho, conflitos sociais e políticas vigentes no período. Já o desenvolvimento rural tem como eixo fundamental a melhoria do bem-estar das populações rurais, conduzido por práticas que induzem a mudanças no ambiente rural, sendo o Estado o detentor do poder para conduzir tais transformações e propor os projetos para alcançá-las (NAVARRO, 2001).

Por fim, é necessário destacar que há atualmente uma tendência a descentralização do poder de tomada de decisão sobre os processos de desenvolvimento. O Estado, antes centralizador, está transferindo responsabilidade para os municípios e há a inserção das ONGs nos microambientes, criando ações locais e fazendo com que a expressão desenvolvimento local se popularize. Apesar da importância do termo, Navarro (2001) argumenta que os formatos organizacionais adotados no Brasil, muito distantes do padrão associativista, demonstram baixa capacidade de mobilização e representatividade devido ao número insuficiente de agentes locais participativos, tornando muito complexo acreditar que o poder local está apto para desempenhar e conduzir ações de desenvolvimento local.

3. Contexto histórico do município de São José do Vale do Rio Preto – RJ

Os trabalhos de Maurício (1978), Cusatis (1990) e Limongi (1998) retratam a História do atual município de São José do Vale do Rio Preto. De acordo com esses trabalhos o primeiro homem branco a conhecer a região dos chamados “Sertões do Rio Preto” participava da expedição de Martim Afonso de Souza, fato que se deu em meados de 1530. Até então, a região assinalava apenas a presença de índios bravios, provavelmente Puris, Coroados e Goitacazes.

No século XVII uma vasta extensão de terras, nomeada Inhomirim da Serra Acima, foram concedida a Francisco de Matos Filgueiras Garcês e a Gonçalo Fernandes Peres. Tal fato se deu em 28 de agosto de 1680, por meio da Carta Régia de Dom Pedro II, de Portugal, ainda Príncipe Regente do Rei Dom Afonso VI. Esta concessão foi um marco para a história, pois permitiu dividir a região em sesmaria, fator primordial para a colonização (MAURÍCIO, 1978; CUSATIS, 1990; LIMONGI, 1998).

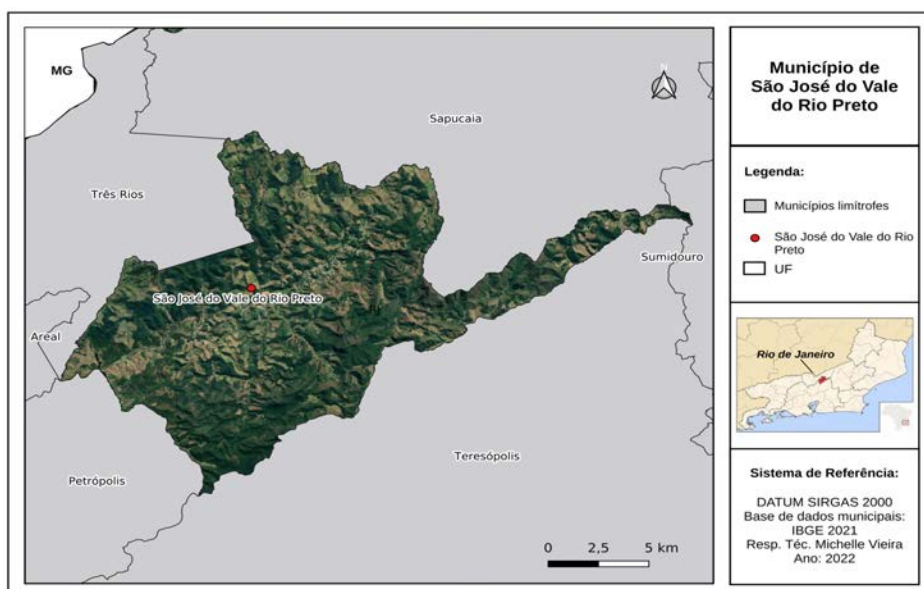
O processo de ocupação do território no período regencial pode ser melhor observado a partir da organização eclesial e da assistência espiritual requerida para a região. Em 1811 foi feita uma petição assinada por moradores pleiteando a criação do Curato de São José. E em 20 de dezembro de 1813, pela Carta Régia de Dom João VI, foi oficializada a criação do Curato de São José da Serra Acima. Pertenciam ao Curato as terras dos atuais municípios de Petrópolis, Teresópolis, Três Rios, Sapucaia, Sumidouro, Duas barras, Nova Friburgo e Paraíba do Sul (MAURÍCIO, 1978; CUSATIS, 1990; LIMONGI, 1998).

Em 1815 foi criada a Freguesia de São José da Serra. Neste momento, também foi realizado o desmembramento das terras Riopretanas da Freguesia de Inhomirim. Em 04 de março de 1823, Dom Pedro I autoriza a criação da Igreja de São José. E em 03 de março de 1825 foi feita a delimitação e demarcação das terras da Freguesia de São José da Serra. Em 15 de janeiro de 1833, pela

Regência Trina Permanente, foi criada a Vila de Parahyba do Sul, sendo incorporada ao seu território a Freguesia de São José do Rio Preto (MAURÍCIO, 1978; CUSATIS, 1990; LIMONGI, 1998).

Até o ano de 1857, as atuais cidades de Petrópolis e Paraíba do Sul estavam hierarquicamente subordinados a São José do Rio Preto, já que neste ficava a Igreja Matriz e naqueles apenas capelas. Em 29 de setembro de 1857, Petrópolis foi elevada à categoria de município, fato que se deu por diversos motivos, dentre eles a fixação da residência da Família Imperial na antiga Fazenda do Córrego Seco, atualmente distrito de Corrêas. A partir deste momento, por meio da Lei Provincial nº 961, promulgada pelo Presidente da Assembleia, Francisco José Cardoso, São José do Rio Preto passa ser distrito de Petrópolis. Só em 15 de dezembro de 1987, por meio da Lei Estadual nº 1255, foi criado o município de São José do Vale do Rio Preto (Figura 1), sancionada pelo Governador Wellington Moreira Franco (MAURÍCIO, 1978; CUSATIS, 1990; LIMONGI, 1998).

Figura 1 - Localização do município de São José do Vale do Rio Preto, na Região Serrana do RJ. Fonte: Elaborada pelos autores (2022).



4. Advento da cadeia avícola no município de São José do Vale do Rio Preto – RJ

Os primeiros povoadores da região onde atualmente se localiza o município de São José do Vale do Rio Preto foram as famílias mineiras. Com a queda da atividade da mineração, as famílias atravessavam o Paraíba em busca de novas oportunidades e terras para cultivar. Ao passo que ocorria tal migração, havia ainda a fixação de colonos portugueses e italianos pela região (MAURÍCIO, 1978; CUSATIS, 1990; LIMONGI, 1998).

“A povoação dos Sertões do Rio Preto se deve inicialmente às proximidades dos caminhos para as Minas Gerais e ao mercado consumidor da capital, cidade do Rio de Janeiro, e da própria atividade de mineração. Estávamos situados entre estes dois polos de desenvolvimento. Muitas de nossas

XX ENANPUR 2023 – BELÉM 23 A 26 DE MAIO
estradas foram vias de escoamento da produção das fazendas originárias das antigas sesmarias distribuídas na região que remetiam os seus produtos para o Rio de Janeiro ou para as Minas Gerais. Algumas estradas foram desvios do carregamento de ouro que não queriam passar pelos Registros” (LIMONGI, 1998).

No início do século XX a região onde hoje se encontra o município de São José do Vale do Rio Preto, era constituído por grandes fazendas de café (Fazendas do Calçado Grande, Nossa Senhora do Belém, Sossego e Águas Claras). A cafeicultura aumentou o emprego da mão de obra escrava na região e com o fim da escravidão as fazendas de café se tornaram a principal fonte econômica e geradora da maioria dos empregos no município (MAURÍCIO, 1978; CUSATIS, 1990; LIMONGI, 1998).

Com a crise de 1929 e a queda dos preços de venda do café, foram realizadas diversas tentativas de implantação de novas culturas nas fazendas da região serrana do Rio de Janeiro, como a cana-de-açúcar e a pecuária, todavia, nenhuma das tentativas e experimentos surtiu efeitos satisfatórios. Dessa forma, a fim de apresentar uma alternativa para evitar o êxodo rural e reestruturar a economia, o Interventor Federal do Rio de Janeiro, Comandante Amaral Peixoto, idealizou o projeto de implantação da cultura de batata inglesa. Esse projeto também não prosperou por isso, em meados de 1940, a Companhia de Expansão do Desenvolvimento Econômico Fluminense enviou novamente para região sua equipe técnica que conseguiu, sem exigir grandes inversões de capital, fazer com que os criadores, fazendeiros e sitiantes da região voltassem suas vistas para a exploração racional das galinhas de postura (REVISTA AVICULTURA BRASILEIRA, 1976).

4.1. Influência da atividade avícola e transformações socioespaciais

Até 1944, a criação de aves não tinha nenhuma expressão como atividade agrícola, não sendo possível nenhum produtor viver, como atualmente, em função exclusiva da avicultura. De acordo com o Censo Agrícola de 1950, realizado pelo IBGE, naquele ano, registrava-se a existência de 2.884.225 poedeiras em todo estado do Rio de Janeiro. O que era observado naquele momento era que a produção de ovos se dava na ordem de 77.783 dúzias, contribuindo Alto da Serra, que compreendia a região objeto de estudo, com apenas 12.631 dúzias (REVISTA AVICULTURA BRASILEIRA, 1976).

Composta até então principalmente por animais rústicos, como os das linhagens “caipiras”, a produção de aves juntamente de outras atividades (como leite, ovos, carnes bovina e suína) eram responsáveis pela geração de renda da propriedade. Inicialmente voltada à subsistência, prevendo a comercialização apenas dos excedentes, a avicultura tornou-se rapidamente comercial pouco antes de 1930. Nesse período, o setor já se fortalecia com iniciativas privadas originadas principalmente da região Sudeste (ZEN *et al.*, 2014).

No entanto, em 1955, o Ministério da Agricultura foi surpreendido com a avaliação do número de poedeiras no estado, que atingiu o quantitativo de 6.083.600 cabeças, das quais 4 milhões em instalações industriais, ascendendo a produção de ovos a 28.856.400 dúzias. Somente a área do distrito de São José do Rio Preto possuía, em 1957, um efetivo avícola (excluindo pintos e frangos em crescimento) de mais de 1.500.000 cabeças. “Não temos conhecimento, no Brasil, de expansão avícola tão surpreendente quanto esta” (VAITSMAN, 1957, p.1).

Localizado a 130 km da capital, a população do distrito de São José do Rio Preto, na década de 50, pouco faltava para atingir 1.000 habitantes, mas sua zona rural contava com aproximadamente 10.000 pessoas, entre as quais encontra-se numerosos descendentes de antigos colonos portugueses e italianos, existindo ao todo, cerca de 700 propriedades agrícolas (sítios, fazendas, granjas) (VAITSMAN, 1957).

A região poderia parecer, à primeira vista, desaconselhável para o desenvolvimento da avicultura, em virtude da topografia; ou esta atividade se afiguraria possível apenas em seus vales principais. Contudo, até mesmo nas grimpas das montanhas criavam-se aves dentro de padrões industriais de rendimento econômico. A altitude era de 840 metros, sendo a temperatura média das máximas de 23°C e a média das mínimas de 12°C; sendo a temperatura compensada de 17°C (VAITSMAN, 1957).

O melhoramento do sistema rodoviário também contribuiu para expansão avícola regional. O asfaltamento facilitou o escoamento dos produtos regionais, das remessas de milho, rações e outros materiais necessários ao trabalho das granjas, completando as ligações com a Rio-Petrópolis, Rio-Bahia e União Indústria. Outras atividades, como as lavouras de hortaliças e bovinocultura via-se apenas nas pequenas várzeas. Nas estradas marginais, rarearam-se as lavouras de grandes culturas, como café e milho. Há que se destacar que no ano de 1950, a produção de café beneficiado no município alcançou apenas pouco mais de 6 milhões de cruzeiros. Dessa maneira, o que predominava era sempre as granjas, rústicas ou de alvenaria, de pequeno, médio ou grande porte, que estavam instaladas, sem nenhuma exceção, em todas as localidades, dando uma nota característica à área do 5o Distrito de Petrópolis (VAITSMAN, 1957).

Com o desenvolvimento da avicultura em São José do Rio Preto, a miséria no campo diminuiu consideravelmente. As atividades avícolas determinaram a melhoria do padrão de vida local, como não se verificou em muitas outras regiões. A avicultura, depois de instalada em São José do Rio Preto, apressou a abertura de estradas e pavimentação, e levou a eletricidade para toda aquela região rural (VAITSMAN, 1957).

Houve melhoria do padrão de vida do homem rural, onde as casas de sapé dos colonos desapareceram para dar lugar a construções novas, higiênicas, mesmo quando os galinheiros ainda mantinham as linhas rústicas com que foram construídos, a partir de 1944. Em algumas fazendas, os proprietários financiavam as escolas para os filhos de seus colonos e vizinhos. O rádio se tornou objeto indispensável em todas as residências, como canal de informação. No ano de 1957, 70% da população de São José do Rio Preto vivia em função da avicultura e os outros 30% também tinham seus interesses ligados aos fatos avícolas. A avicultura criou uma mentalidade na região, atraindo novos capitais e elementos valiosos (VAITSMAN, 1957).

Um novo ciclo econômico foi paulatinamente se instalando em São José do Rio Preto, através da avicultura que trouxe de volta o desenvolvimento e representou, a princípio, um fator econômico altamente socializante, pois as famílias com o manejo fácil de 3 ou 4 galinheiros, podiam ganhar o seu sustento, com a participação da mulher e dos filhos e ainda deixando livre o chefe da família para exercer outra atividade paralela (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, 2019).

A Revista O Mundo Agrário (1957, p. 56) relata que a maior população avícola da América do Sul se encontrava no pequeno distrito, o que fez com que toda a

vida econômica desta área se desenvolvesse em função, principalmente, das atividades avícolas ali estabelecidas, o que o tornava um exemplo animador para outras regiões do Brasil.

O ciclo da avicultura harmonizou-se com a agricultura, com o fornecimento de adubo para a lavoura. A olericultura tomou grande vulto na economia riopretana. De 1950 a 1960, no auge da avicultura, São José do Rio Preto foi considerado o maior centro avícola da América do Sul. Começaram, nesta época, a surgir novos loteamentos, comércios, colégios, hospital, etc, trazendo o crescimento e progresso a São José do Rio Preto (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, 2019).

5. Vocação avícola: crise, oportunidades e adapta es

Dado o exposto,   possível compreender que os primeiros passos da avicultura valeriopretana, bem como de toda cadeia avícola brasileira, foram sustentados por produtores familiares, com rebanho de, principalmente, animais rústicos, de linhagens “caipiras”, e a renda da família provinha da produ o das aves juntamente de outras atividades (leite, carnes bovina e suína). Inicialmente, a atividade era de subsistência e se comercializava o excedente da produ o de ovos. Neste cenário se deu a ascen o da produ o de ovos no distrito de São José do Rio Preto, no período de 1950 a 1970 (ZEN, 2014).

Segundo Belusso e Hespanhol (2010, p.27), entre o início dos anos 1970 e a primeira década do século XXI “ocorreram várias modifica es na estrutura produtiva de frangos no que tange a genética, a nutri o animal, a automatiza o das atividades e a eleva o da escala”. Essa realidade foi somada   política agrícola de crédito subsidiado, a instala o de frigoríficos, além das articula es entre grupos nacionais e empresas estrangeiras produtoras de linhagens em busca de desenvolver animais com padrões demandados pelo mercado em ascen o. Há que se ressaltar, também, a entrada de empresas processadoras no mercado, as transforma es tecnológicas, as técnicas de produ o intensiva e o desenvolvimento de genética. (RIZZI, 1993).

Logo, a partir dos anos 70, as redefini es comerciais e produtivas na avicultura industrial, as altera es no padrão de consumo, os aspectos tecnológicos e o comércio internacional, demandaram que os produtores rurais se adaptassem ao novo cenário, às novas demandas de produto, mercado, tecnologia e organiza o da produ o (ESPÍNDOLA, 2009).

Em resposta ao novo cenário, o território e os produtores rurais que, naquele momento não haviam se estruturado para mudanças radicais na forma de produ o e comercializa o, perderam a competitividade frente aos concorrentes e tecnologias de produ o de que surgiram. Com isso, a partir dos anos 80 iniciou-se o processo de queda da avicultura de postura em São José do Rio Preto, que se estendeu até 1995. Tamanha crise abalou todas as estruturas econômicas e sociais, levando diversos produtores ao endividamento, comprometendo imóveis que foram penhorados e desarticulando todo arranjo produtivo estabelecido (MACHADO, 2021).

Outros fatores, como o elevado custo de produ o da ra o, o advento da produ o de ovos por parte de outros estados e a queda do preço de venda dos ovos, dificultou a permanência do atual município em se manter de forma competitiva no mercado (MACHADO, 2021).

5.1 Resiliência: início da avicultura de corte na região

A avicultura de corte tem grande relevância econômica e social, uma vez que contribui para o abastecimento do mercado interno oferecendo proteína animal de baixo custo. Com a retomada do crescimento econômico e com a evolução da criação para os sistemas intensivos de produção, o cenário da avicultura mundial, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial, sofreu profundas modificações (SANTOS *et al.*, 2011).

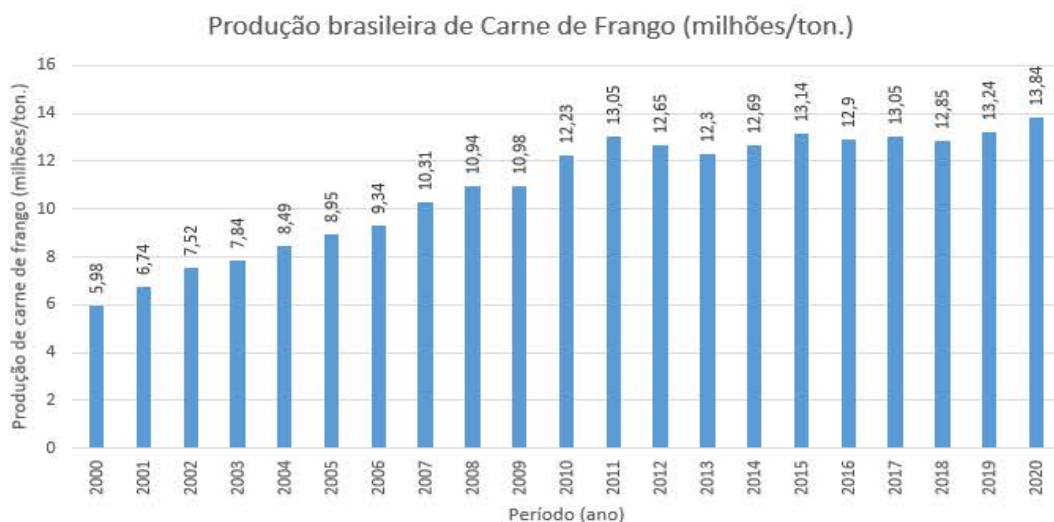
Com o advento das novas tecnologias foi possível melhorar significativamente os principais índices técnicos (conversão alimentar, velocidade de crescimento, produção de ovos e mortalidade das aves), o que está diretamente relacionado ao desenvolvimento das áreas de nutrição, manejo, sanidade e ambiência, e ainda à alta disponibilidade das principais matérias-primas alimentares das aves, particularmente, milho e soja (SILVEIRA, 2012; SILVEIRA *et al.*, 2014).

No passado, um frango necessitava de 70 dias para alcançar o peso de abate e apresentava conversão alimentar de 2 kg de ração para ganhar 1 kg de peso vivo. Atualmente, com 42 dias de idade, o frango alcança o peso de abate na conversão alimentar de 1,8 kg de ração para ganhar 1 kg de peso vivo (SILVEIRA, 2012; SILVEIRA *et al.*, 2014)

Tal efeito de escala se observou com a mudança no padrão de produção que, no espaço de 35 anos, foi possível observar a produção mundial de carne de frango, saltar de 10,6 milhões de toneladas (1975) para 71 milhões de toneladas ao fim de 2010 (SANTOS *et al.*, 2011). No Quadro 1, pode ser observada a evolução da produção brasileira de carne de frango (milhões/ton.) no período de 2000 a 2020.

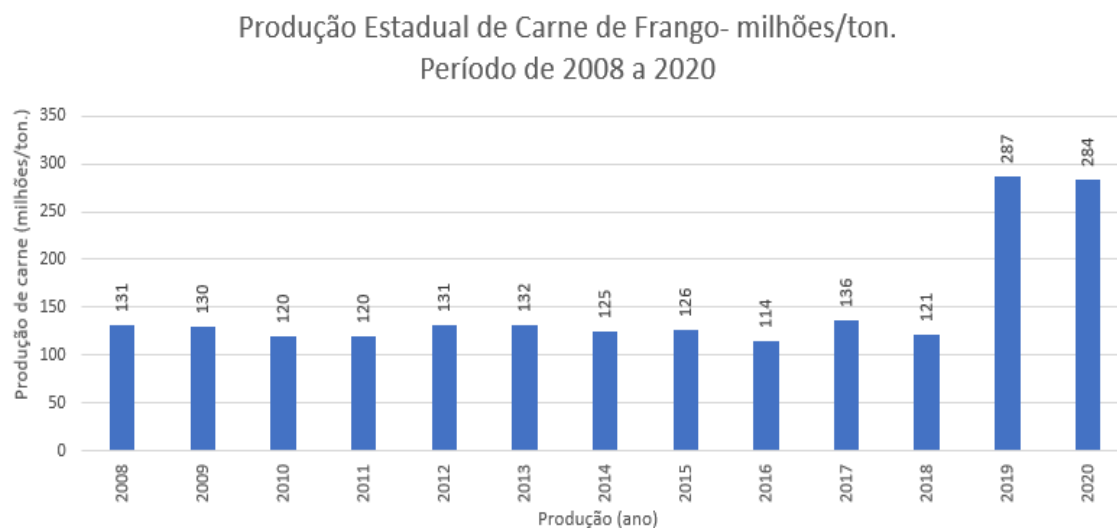
Quadro 1. Produção brasileira de carne de frango (milhões/ton.) no período de 2000 a 2020.

Fonte: adaptado de ABPA (2021).



De acordo com o IBGE (1970) e com o Ministério da Agricultura, em 1975, o estado do Rio de Janeiro era o sexto maior produtor nacional de frangos de corte, dominando 4,6% do total produzido no Brasil, aproximadamente 446 milhões de aves, equivalente a 402 mil toneladas. No Quadro 2, os dados oficiais da Emater-Rio (2020), demonstram o crescimento da produção de frangos de corte no estado.

Quadro 2. Produção de carne de frango no Estado do Rio de Janeiro (milhões/ton.) no período de 2008 a 2020.



Fonte: adaptado de Emater-Rio (2020).

Frente ao gráfico exposto anteriormente, em 2020, São José do Vale do Rio Preto foi responsável pela produção de 179.032 toneladas (63% da produção estadual), sendo reconhecido como município maior produtor de carne de frango do estado. Tal fenômeno foi possível, dado que na virada do século XX, os produtores rurais valeriopretanos que, apesar do desarranjo econômico, mantiveram capital para investir, perceberam neste contexto uma nova oportunidade de negócio. Aproveitando a expertise adquirida e a estrutura física da cadeia avícola, substituíram a avicultura de postura pela avicultura de corte, que se mantém pujante até os dias atuais (MACHADO, 2021).

Além da incorporação de tecnologias a partir do progresso de diversas do conhecimento (química, mecânica, biotecnologia, telecomunicações e microeletrônica), ocorreu intenso aprendizado tecnológico e desenvolvimento de adaptações específicas. As inovações tecnológicas oriundas da Terceira Revolução Industrial tiveram seus impactos visíveis nas empresas do setor de carnes, tais como técnicas de manuseio de animais, pesquisa genética, técnicas de desossa, processamento e conservação das carnes; capacitação gerencial e industrial dos funcionários através de cursos; controle da produção animal por meio de terminais de computadores (ESPÍNDOLA, 1999).

Engendrando pelo caminho da avicultura de corte, a produção valeriopretana se perpetua até os dias atuais, dominando um nicho de mercado peculiar, sendo caracterizada por frangos especiais, resfriados, com tamanho específico para assadeiras e cortes para supermercados. Esta é a atividade econômica mais

importante do município, juntamente com a agricultura, gerando centenas de emprego e renda, direta ou indiretamente, para os 22 mil habitantes municipais (IBGE, 2010).

No ano de 2019, segundo os dados da Emater-Rio, a produção agrícola (considerando olerícolas, frutas e grãos) proporcionou o faturamento/ano de R\$ 92.869.585,00 (noventa e dois milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, quinhentos e oitenta e cinco reais), a avicultura de postura gerou o faturamento naquele ano de R\$ 16.154.512,00 (dezesseis milhões, cento e cinquenta e quatro, quinhentos e doze reais) enquanto a avicultura de corte gerou R\$ 131.099.400,00 (cento e trinta e um milhões, noventa e nove mil e quatrocentos reais). De acordo com os dados da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto (2019), o PIB do município se deu em R\$ 24.797,00 (vinte e quatro mil, setecentos e noventa e sete reais).

O município de São José do Vale do Rio Preto é reconhecido como maior produtor hortifrutigranjeiro do estado do Rio de Janeiro pela Lei N° 8096 de 17 de setembro de 2018 (ALERJ, 2018).

Diante do ocorrido nas décadas de 80 e 90, com queda expressiva da produção de ovos, é necessário ressaltar que de forma vagarosa, a avicultura de postura vem novamente adquirindo robustez, o que traduz a vocação avícola do município (MACHADO, 2021).

A ascensão da avicultura de postura (Quadro 3) se dá por conta de alguns fatores decisivos, como a maior receptividade dos produtores às orientações técnicas, a aquisição de aves de maior potencial genético, o investimento em equipamentos com mais tecnologia e adequação das instalações, buscando garantir maior conforto e bem-estar para as aves. No que tange à biossegurança, a profilaxia contra as principais doenças avícolas, a preocupação com o controle de insetos e roedores, o controle da qualidade da água, o vazio sanitário¹, a desinfecção de instalações e equipamentos e as boas práticas de manejo, são determinantes para o sucesso da produção. No ano de 2019, o município teve participação estadual com a produção de 5.628.750 dúzias de ovos (equivalente a 27,6% da produção estadual) (EMATER, 2019; MACHADO, 2021).

Quadro 3. Produção de ovos no Estado do Rio de Janeiro (milhões/dz) no período de 2008 a 2020.



Fonte: adaptado de Emater-Rio (2020).

Em vista da participação do atual município na produção estadual de carne de frango e ovos, é possível compreender que diante das adversidades apresentadas ao longo do tempo, a vocação avícola caracteriza a identidade do município. A avicultura na região é praticada por pequenos produtores familiares, que detêm a tradição da atividade, ainda estando presentes muitos que sofreram os impactos da transição do modo rústico de produção para um novo *modus operandi* pautado em tecnologia, boas práticas de manejo e desenvolvimento genético. A expertise dominada desde a metade do século XX continua favorecendo a atividade agropecuária na região, sendo a cadeia avícola principal alavanca do município, seja diretamente pela renda e empregos gerados ou indiretamente pelo arranjo produtivo local que sustenta.

Considerações finais

O estudo evidenciou que a constituição desse território irradia aspectos que vão além da reprodução socioeconômica dos produtores locais, fortalecendo vínculos sociais no território analisado. Conforme ocorreu em diversas outras regiões, a formação do atual município de São José do Vale do Rio Preto se deu em diferentes etapas, marcadas por distintos interesses e disputas de poder econômico e de mercado. No entanto, os aspectos socioespaciais não foram planejados para as transições que ocorreram ao longo do tempo a fim de garantir a identidade do território.

Na década de 50, o Município foi reconhecido como maior centro avícola da América do Sul. Apesar de sua robustez e larga produção de ovos para abastecimento do estado do Rio de Janeiro, sem planejamento, análise das tendências de mercado, ameaças externas de concorrentes e na ausência de políticas públicas, entrou em crise e trouxe prejuízos abissais aos produtores. Na atualidade, apoiado na resiliência que desenvolveu, observando um novo nicho de mercado, a produção sofreu transição da produção de ovos, que foi destaque até os anos 70, para a produção de carne de frango. Na atualidade o município é considerado o maior produtor hortifrutigranjeiro do estado do Rio de Janeiro, tem a avicultura de corte e de postura como alavanca da economia, por consequência, toda vida social e econômica advém, novamente, desta atividade, o que torna indispensável o estudo e planejamento para garantir sua sustentabilidade econômica e ambiental a longo prazo, bem como o desenvolvimento de estratégias e políticas públicas para garantir sua viabilidade.

No que tange aos seus atores sociais, ressalta-se a importância do saber-fazer local ao fortalecer a compreensão de que a territorialidade é condicionada por valores culturais e normas sociais, as quais variam de indivíduo para indivíduo, de sociedade para sociedade, bem como em distintos momentos históricos. É o saber-fazer local e a capacidade de seus atores de potencializarem os recursos endógenos de forma territorializada que definem a identidade através da qual se estabelecem as relações sociais e econômicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABPA, Associação Brasileira de Proteína Animal. **Relatório Anual 2021**. Disponível em: <https://abpa-br.org/wp-content/uploads/2021/04/ABPA_Relatorio_Anual_2021_web.pdf> Acesso em: 06 de jun. 2021.

ABRAMOVAY, R. **Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural: agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Brasília: IPEA, 1998. 25p.

ALERJ. **LEI No 8096 DE 17 DE SETEMBRO DE 2018**. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/71c273e1cfb733548325830c005f3373?OpenDocument&ExpandSection=-6%2C-5#_Section6> Acesso em: 06 de jun. 2022.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 33-55. Disponível em: <<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/lecampo-dp/files/2016/01/Desenvolvimento-Rural-Sustent%C3%A1vel-jalcione.pdf>> Acesso em: 04 de jun. 2022.

BELUSSO, Diane; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **A evolução da avicultura industrial brasileira e seus efeitos territoriais**. Revista Percurso - NEMO Maringá, v. 2, n. 1, p. 25-51, 2010. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/nivaldo/Publica%E7%F5es-nivaldo/2010/AVICULTURA-2010.pdf>> Acesso em: 04 de jun. 2022.

BOSC, Pierre-Marie; BERDEGUÉ, Julio; GOÏTA Mamadou; PLOEG, Jan Douwe van der; SEKINE Kae; ZHANG, Linxiu. 2013. **Paysans et entrepreneurs: investir dans l'agriculture des petits exploitants pour la sécurité alimentaire Un rapport du Groupe d'experts de haut niveau sur la sécurité alimentaire et la nutrition**. Roma: CFS-HLPE, (Relatório HLPE, 6). Disponível em: <[http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/hlpe/hlpe_documents/HLPE_Reports/HLP E-Report-6_FR.pdf](http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/hlpe/hlpe_documents/HLPE_Reports/HLP_E-Report-6_FR.pdf)> Acesso em: 10 out. 2022.

CUSATIS, José de. **História de São José do Vale do Rio Preto**. Biblioteca de Estudos Fluminenses. Niterói. 1990.

EMBRAPA. **Biossegurança**. Frango de Corte. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/criacoes/frango-de-corte/producao/sanidade/biosseguridade>> Acesso em: 09 dez. 2022.

EMATER-RIO. **Relatório de Atividades Agropecuárias em São José do Vale do Rio Preto**. Estimativa do número de produtores, rebanho, produção e valor da produção em pequenos e médios animais – Dados do ano de 2019. [comunicação pessoal]. 2019.

_____, **Relatório de pequenos e médios animais**. Ano 2020. Disponível em: <

<http://www.emater.rj.gov.br/areaTecnica/pequenosemediosanimais2020.pdf>
Acesso em: 09 out. 2022.

ESPÍNDOLA, C. J. **As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia**. Chapecó: Grifos, 1999

_____, C. J. A cadeia produtiva de frango de corte na América do Sul: considerações preliminares. In: **12º Encontro de Geógrafos da América Latina**, 03 a 07 de abril de 2009, Montevideu, Uruguai. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/76.pdf>> Acesso em: 10 set. 2022.

FAVARETO, Arilson; BARUFI, Ana Maria. **Coesão territorial para o desenvolvimento – análise preliminar de dados para o Brasil no período de 2000-2010**. Relatório de pesquisa Cebrap/UFABC/Rimisp. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/264895092_A_dimensao_territorial_do_desenvolvimento_brasileiro_recente_Brasil_2000-2010> Acesso em: 10 set. 2022.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. **Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras**. In: Estudos Sociedade e Agricultura, 18, outubro 2002: 28-46. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezoito/angela18.htm>> Acesso em: 10 set. 2022.

IBGE, **Censo Agropecuário, Rio de Janeiro, 1970**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=745&view=detalhes>> Acesso em: 16 dez. 2022.

_____, **População rural e urbana**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>> Acesso em: 11 dez. 2022.

_____, **São José do Vale do Rio Preto**. <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-jose-do-vale-do-rio-preto/panorama>> Acesso em: 11 set. 2022.

JACOBS, Jane. The economy of the cities. **The Death and Life of Great American Cities**. 1970

KAGEYAMA, Ângela A. Rural e Ruralidade. In: KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora UFRGS Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2018/04/1-capitulo-REA.pdf>> Acesso em: 11 set. 2022.

LIMONGI, Jany O.; LIMONGI, Carlos A. **A Pesquisa e a História. Os sertões do Rio Preto**. 1998.

MACHADO, Paulo. **Avicultura de São José do Vale do Rio Preto**. [comunicação pessoal]. 2021.

MAURÍCIO, Helta Nogueira. **A História de São José do Rio Preto - 5º Distrito de Petrópolis. Um pedacinho do meu Brasil.** 1978.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro.** In: Estudos Avançados. [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 83-100. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/mqyB65BvYQ99XyWcY65zCvm/?lang=pt>> Acesso em: 04 set. 2022.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento.** Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/viewFile/477/372>> Acesso em: 04 dez. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO. **Histórico.** 2019. Disponível em: <<https://sjvriopreto.rj.gov.br/pagina/id/2/?historia-do-municipio.html>> Acesso em: 04 set. 2022.

REVISTA AVICULTURA BRASILEIRA, nº 151 – Ano XIII – Julho, 1976.

REVISTA O MUNDO AGRÁRIO. nº 56 – ANO V – Outubro 1957.

RIZZI, A. T. **Mudanças Tecnológicas e Reestruturação da Indústria Agroalimentar: o caso da indústria de frangos no Brasil.** Campinas: Unicamp, 1993 (Tese de Doutorado).

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluído, sustentável, sustentado.** Editora Garamond, Rio de Janeiro – RJ, Brasil, 2008.

SANTOS FILHO, J. I. dos; MIELE, M.; MARTINS, F. M.; TALAMINI, D. J. D. **Os 35 anos que mudaram a avicultura brasileira.** Embrapa Suínos e Aves. 2011. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/48493/1/Os-35-anos-que-mudaram-a-avicultura-bras.pdf>> Acesso em: 10 out. 2022.

SCATOLIN, Fábio Dória. **Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná.** Porto Alegre, 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEM, Amartya. **Ethics and Economics.** Oxford University Press, New Delhi. 1990.

SILVEIRA, M. A. **Energia renovável: biogás e biodiesel.** Monografia (Engenheira Agrônoma). Florianópolis. 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100132/Mariane%20Abreu%20Silveira.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 abr. 2022

_____, M. A.; KRETZER, S. G.; NAGAOKA, A. K.; ARROYO, N. A. R.; BAUER, F. C. **Produção de biogás em biodigestores de tamanho reduzido abastecido com cama de aviário**. Acta Tecnológica, v. 9, n. 2, p. 9-15, 2014.

SOROKIN, Pitirim.; ZIMMERMAN, Carlo.; GALPIN, Charles. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: Martins, J.S. (org.). **Introdução crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SUZUKI, Julio Cesar. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação**. Revista Nera, n. 10, jan.-jun. 2007. Disponível em: < <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1429/1407>> Acesso em: 04 out. 2022.

VAITSMAN, Jorge. **O Mundo Agrário**. nº 56 – ANO V – Outubro 1957.

VEIGA, José Eli da. **Para Entender o Desenvolvimento Sustentável**. Editora 34, São Paulo – SP, Brasil, 2015.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel; FAVARETO, Arilson. A Singularidade do Rural Brasileiro: Implicações para as Tipologias Territoriais e a Elaboração de Políticas Públicas. In: Miranda, C.; Silva, H. (orgs.) **Concepções da ruralidade contemporâneas: as singularidades brasileiras**. Brasília, IICA, 2013. p. 413-464. Disponível em: < <http://repiica.iica.int/DOCS/B3226P/B3226P.PDF>> Acesso em: 04 out. 2022.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade na história e na literatura**. Tradução Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 439 p.

ZEN, Sergio de; IGUMA, Marcos Debatin; ORTELAN, Camila Brito; SANTOS, Victor Henrique S. dos; FELLI, Camila B. **Evolução da avicultura no Brasil**. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. Universidade de São Paulo. CEPEA/ ESALQ. 2014. Disponível em: < <https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/revista/pdf/0969140001468869743.pdf>> Acesso em: 16 dez. 2022.

1 O termo vazio sanitário se refere ao período vazio das instalações, onde o aviário de mantém sem a presença de animais por um período determinado entre a retirada das aves para o abate e o próximo alojamento, após completa limpeza e desinfecção (EMBRAPA, 2021).